



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS HUMANOS  
SUBSECRETARIA DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS  
COORDENAÇÃO-GERAL DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS**

**ATA 170ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA  
CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CONANDA**

**REALIZADA NOS DIAS 08, 09, 10 E 11 DE DEZEMBRO DE 2008.**

Às nove horas do dia oito de dezembro de dois mil e oito, na Sala do CNAS (Esplanada dos Ministérios – Anexo do Bloco F – Ala A – sala 102), Brasília-DF, teve início à 170ª. (centésima sexagésima sétima) reunião ordinária do CONANDA, tendo como pauta: Dia 08/12/2008: Das 09h00 às 17h00 – Reunião das Comissões de Políticas Públicas CONANDA/CNAS; Reunião de GT documento de abrigo (Sala do CNAS). Das 14h00 às 18h00 – GT ampliado – Debate sobre as minutas de resolução e PL sobre Conselhos Tutelares (Auditório do Ministério do Trabalho e Previdência ) Dia 09/12/2008: Das 9h00 às 17h00 – GT ampliado – Debate sobre as minutas de resolução e PL sobre Conselhos Tutelares (Ministério da Justiça Ed. Anexo II – Subsolo). Dia 10/12/2008: Das 09h00 às 12h00 – Apresentação e discussão do Plano de Erradicação do Trabalho Infantil; Das 14h00 às 17h00 – Votação da minuta de resolução dos fundos (Ed. Sede MJ s/ 304); 17h00 – Posse dos novos conselheiros da sociedade civil no CONANDA; Dia 11/12/2008: Das 09h00 às 12h00 – Continuidade da votação da resolução dos fundos; 14h00 às 18h00 Votação do documento parâmetros para abrigo; 18h00 – Encerramento. Nesta Assembléia foi deliberado o seguinte: **1) Mesa Diretora:** 1.1 – Aprovado a proposta de que a primeira plenária do ano de 2009 e da nova gestão da sociedade civil seja devotada ao Planejamento do Biênio 2009-2010. Foi aprovada a participação de todos os suplentes. Local afastado de Brasília, Hotel Fazenda, a ser definido. Datas 16, 17 e 18 de fevereiro. Chegada no domingo à noite, dia 15, saída para o local na segunda-feira pela manhã, início dos trabalhos na segunda-feira à tarde, retorno para Brasília na quarta-feira à noite, viagem de volta para os estados na quinta-feira pela manhã. Foi autorizado pela Plenária que as passagens dos membros da sociedade civil sejam compradas para sábado dia 14, (sem o pagamento de diárias) para possibilitar reunião dos membros da sociedade civil; 1.2 – Empossados os novos conselheiros da sociedade civil no CONANDA. A cerimônia ocorreu no dia 10 de dezembro de 2008 (Dia Internacional dos Direitos Humanos) às 17 horas sala 304 do Edifício Sede do Ministério da Justiça). **2)**

**Comissão de Políticas Públicas:** 2.1 – Apresentada versão preliminar da revisão do Plano Nacional de Erradicação de Trabalho Infantil. Os conselheiros apresentaram seus comentários, críticas e sugestões para a Comissão da Conaed; 2.2 – Deliberado a proposta do CONANDA construir um posicionamento sobre a Lei Pelé. Encaminhamentos sugeridos: reunião com o Ministério dos Esportes para discutir soluções uma vez que o Projeto de Lei é uma iniciativa do Governo; solicitar ao Relator José Rocha que o CONANDA seja ouvido pela Comissão Parlamentar que examina o assunto; convidar parlamentares da Comissão para debater o projeto na Plenária do CONANDA; 2.3 – Levantada necessidade de uma ação conjunta com a Frente Parlamentar para uma ação mais efetiva do CONANDA no Congresso Nacional, considerando que alguns projetos de lei foram aprovados sem um posicionamento do movimento dos direitos da criança e do adolescente como por exemplo a PEC da Juventude. Outros assuntos clamam atenção como projetos de redução da idade para o ingresso no trabalho; 2.4 – aprovada a temática da VIII Conferência nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente: "Política Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente: Construindo e Consolidando as Diretrizes para o Plano Decenal"; 2.5 – Aprovados os critérios para composição da Comissão Organizadora da VIII Conferência dos Direitos da Criança e do Adolescente: 2 titulares com respectivos suplentes de cada uma das comissões do CONANDA. 5 adolescentes, Presidente e Vice-Presidente. A Comissão deve ser composta na Plenária de fevereiro de 2009. 2.6 – Debatido os critérios e mecanismos de escolha dos 5 adolescentes que comporão a Comissão Organizadora da VIII Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, o assunto foi concluído e foi delegado á Comissão de Organização da VIII Conferência Nacional dos direitos da Criança e do Adolescente; 2.7 – Aprovada a constituição de uma Comissão Organizadora Provisória para delinear uma proposta geral para VIII Conferência bem como propor os critérios e formas de escolha dos adolescentes que deverão compor a Comissão Organizadora da VIII Conferência. Composição da Comissão Provisória: 1 representante de cada comissão. Indicados pela CPP, Thereza (Suplente Núbia); CAM, Tiana (Suplente Glícia); COF, Júlia (Suplente Fábio). Aprovada reunião da Comissão para última semana de fevereiro; 2.8 – Prorrogada a votação dos parâmetros para abrigamento de crianças e adolescentes para o início do próximo ano em data a ser definida.

**3) Comissão de Orçamento e Finanças:** 3.1 – Aprovação parcial da minuta de Resolução que estabelece os parâmetros para criação e funcionamento dos fundos dos direitos da criança e do adolescente. O restante da resolução deverá ser agendado para início de 2009.

**4: Comissão de Mobilização e Formação:** 4.1 – Concluída a fase de debates sobre minuta de resolução que estabelece os parâmetros de criação e funcionamento dos conselhos tutelares na reunião do Grupo de Trabalho ampliado realizada nos dias 8 e 9 que antecederam a realização da 170ª assembléia Ordinária do CONANDA. A Comissão fez o relato dos trabalhos durante a sessão Plenária. 1) Reunião das Comissões de Políticas Públicas CONANDA/CNAS; 2) Reunião do GT documento de abrigamento; 3) GT ampliado – Debate sobre as minutas de resolução e PL sobre Conselhos Tutelares; 4) Apresentação e discussão do Plano de Erradicação do Trabalho Infantil; 5) Votação da minuta da resolução dos Fundos; 6) Posse dos

novos Conselheiros da Sociedade Civil no CONANDA; 7) Continuidade votação resolução dos Fundos; 8) Votação do documento parâmetros para abrigamento. A Assembléia foi presidida pela senhora **Maria Luiza Moura Oliveira** – Presidente do CONANDA e contou com a participação dos conselheiros: **Ivanildo Tajra Franzosi** – Casa Civil da Presidência da República; **Francisco Antônio de Sousa Brito** – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome; **Ricardo Anair Barbosa de Lima** – Ministério da Cultura; **Rosiléia Maria Roldi Wille** – Ministério da Educação; **Danielle Fermiano dos Santos Gruneich** – Ministério do Esporte; **Marcos Aurélio Santos de Souza** – Ministério da Fazenda; **Eduardo Basso** – Ministério da Previdência Social; **Maria de Lourdes Magalhães** – Ministério da Saúde; **Ana Lucy Gentil Cabral Petersen** – Ministério das Relações Exteriores; **Débora Nogueira Beserra** – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MP/IPEA; **Deuzinéia da Silva Lopes** – Ministério do Trabalho e Emprego; **Romeu Tuma Junior** – Ministério da Justiça; **Carmem Silveira de Oliveira** – Vice – Presidente do CONANDA e Secretária Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República – SEDH; **Cristina de Fátima Guimarães** – Secretária Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República; **José Ricardo Calza Caporal** – Federação Brasileira das Associações Cristãs de Moços; **Glícia Thaís Salmeron de Miranda Vieira** – Ordem dos Advogados do Brasil - OAB; **Vilmar Burzlaff** – Movimento de Educação Popular Integral e Promoção Social\Fé e Alegria do Brasil; **Maria Luiza Moura Oliveira** – Presidente do Conselho Federal de Psicologia; **Miriam Maria José dos Santos** – Inspetoria São João Bosco – Salesianos; **Maria Aurilene Moreira Vidal** – Confederação Nacional, dos Bispos do Brasil\Pastoral do Menor; **Fábio Feitosa da Silva** – União Brasileira de Educação e Ensino; **Antônio Pereira da Silva Filho** – Federação Nacional dos Empregados em Instituições Beneficentes, Religiosas e Filantrópicas; **Marilúcia Rocha de Almeida Picanço** – Sociedade Brasileira de Pediatria; **Ariel de Castro Alves** – Movimento Nacional de Direitos Humanos; **Maristela Cizeski** – Pastoral da Criança – Organismo de Ação. Social da CNBB; **Maria Júlia Rosa Chaves Deptulski** – Movimento nacional de Meninos e Meninas de rua **Maria Ignes Rocha de Souza Bierrenbach** – Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança; **Raimunda Núbia Lopes da Silva** – Central Única dos Trabalhadores; **Manoel Onofre de Souza Neto** – Associação Brasileira de Magistrados e Promotores de Justiça da Infância e da Juventude – ABMP; **Eliana Augusta de Carvalho Athayde** – Associação Nacional dos Centros de Defesa da Criança e do Adolescente; **Luciana Faria Alves Antônio** – Aldeias Infantis SOS - Brasil; **Iralda Cassol Pereira** – Sociedade Literária Caritativa Santo Agostinho; **Tiana Sento-sé** – Instituto Brasileiro de Inovações em Saúde Social. A Sr<sup>a</sup>. Malu sugere que se inicie a assembléia. A Sr<sup>a</sup>. Júlia pede para dar o aviso. A Sr<sup>a</sup>. Malu diz que antes de começar têm um aviso aqui da Sr<sup>a</sup>. Júlia. A Sr<sup>a</sup>. Júlia comenta sobre uma confraternização do CONANDA. A Sr<sup>a</sup>. Malu pede para iniciar os trabalhos e esclarece que a reunião em andamento é a centésima septuagésima Assembléia Ordinária do CONANDA, do Conselho Nacional dos Direitos das Crianças e Adolescentes que se realiza exatamente no dia que se completa sessenta anos de Convenção da Declaração dos Direitos Humanos. Comenta que no fim da tarde irá ocorrer a

posse dos novos conselheiros que integram o CONANDA que foram eleitos pela sociedade civil, para o biênio 2009 – 2010, cuja posse será dada em seguida. Declara abertos os trabalhos. Comenta sobre a posse dos novos conselheiros. O Sr. André se apresenta e fala sobre a sua presença na assembléia. A Sr<sup>a</sup>. Aracélia se apresenta. A Sr<sup>a</sup>. Malu dá as boas vindas aos novos conselheiros. Todos os participantes da assembléia se apresentam aos novos conselheiros. O Sr. Caporal sugere que a proposta inicial seja para o debate e pergunta se todos concordam. Fala sobre algumas mudanças do documento e sobre o acolhimento da Plenária. Pergunta se alguém tem algum destaque para o Capítulo I, Seção I, que vai página um até a três. A Sr<sup>a</sup>. Carmem responde dizendo ter destaque ao artigo 5º. A Sr<sup>a</sup>. Júlia sugere que esse material seja lido por capítulos. O Sr. Caporal começa a ler o artigo 1º parágrafo primeiro, das regras e princípios gerais dos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente. O Sr. Onofre destaca. O Sr. Caporal começa a ler o parágrafo segundo. O Sr. Onofre volta a destacar. O Sr. Caporal continua com a leitura do documento. A Sr<sup>a</sup>. Júlia começa lendo o artigo 4º do documento e faz um questionamento a respeito do parágrafo primeiro. Continua a leitura no parágrafo segundo, terceiro e artigo 5º. O Sr. Onofre pede destaque aos itens lidos pela Sr<sup>a</sup>. Júlia. A Sr<sup>a</sup>. Carmem pede destaque ao artigo 6º. A Sr<sup>a</sup>. Júlia e Sr<sup>a</sup>. Carmem pedem destaque ao parágrafo terceiro do artigo 5º. A Sr<sup>a</sup>. Carmem pede destaque ao parágrafo quarto do artigo 5º. O Sr. Caporal volta a falar do artigo 1º parágrafo um. O Sr. Onofre pede para que seja destacado o parágrafo um, pois diz que quem disciplina o não são só duas leis, inclusive fala que a criação do Fundo se deve a uma lei de sessenta e sete, o Decreto de lei 200 de 67. A Sr<sup>a</sup>. Júlia pergunta se essas leis são pertinentes. O Sr. Onofre responde como sendo legislação pertinente. O Sr. Caporal pergunta se todos concordam e segue com o parágrafo segundo. O Sr. Onofre suspeita sobre um estranhamento na compatibilização entre o parágrafo segundo do artigo 1º e o parágrafo terceiro do 4º, no que diz respeito à vinculação administrativa do Fundo e o Conselho. O Sr. Caporal pergunta qual seria a sugestão. O Sr. Onofre sugere para que se retire o Fundo, pois fala que se o Fundo está vinculado ao Conselho, desta forma ambos estariam vinculados ao órgão. A Sr<sup>a</sup>. Carmem sugere que cada um fique em um órgão. A Sr<sup>a</sup>. Malu menciona o parágrafo terceiro, onde é tratado que o Fundo e o Conselho estão vinculados e explica que, o CNPJ do Fundo não é próprio, então ele usará o mesmo daquele órgão. O Sr. Onofre diz que sua preocupação é em relação a como foi redigido o parágrafo terceiro, pois não dá margens a outras interpretações. A Sr<sup>a</sup>. Malu explica que é porque ele fala administrativa e contábil. A Sr<sup>a</sup>. Carmem acha que está muito claro quais são as atribuições dos Conselhos de Direito em relação ao Fundo e quais são as atribuições do gestor. A Sr<sup>a</sup>. Júlia comenta que a Sr<sup>a</sup>. Carmem está correta, pois fala que é muito vago e pergunta qual é a diferença do papel de um e de outro. O Sr. Caporal pergunta se o artigo 1º já está superado. A Sr<sup>a</sup>. Carmem responde que não, e pede para que continue a leitura nas competências, pois se houver outras dúvidas, pede para que volte a esta questão. O Sr. Caporal abre debate em relação ao parágrafo segundo do artigo 4º. O Sr. Onofre comenta que o Sr. Vítor perguntou se ouvintes poderiam pedir a palavra. O Sr. Caporal pergunta se seria plenária. A Sr<sup>a</sup>. Carmem acha que sim, pois não vota, mas pode falar. O Sr. Caporal ressalta que todas as conversas

estão sendo gravadas, portanto tem peso de lei. O Sr. Vitor pergunta por que o CNPJ do Fundo continua na Secretaria de Finanças e explica que por lei ele é o ordenador de despesas, mas unificou-se para a Secretaria de Participação e Parcerias o Fundo e o Conselho. Continua explicando que, a dificuldade que se tinham os conselhos municipais de ter o Conselho numa Secretaria e o Fundo em outra Secretaria é uma coisa absurdamente inexplicável. O Sr. Onofre concorda. Continua dizendo que sua preocupação é em relação ao artigo 5º, que fixa o prazo de noventa dias para regulamentação pelo Poder Executivo. A Srª. Carmem responde que é a lei que fixa o prazo de noventa dias. O Sr. Caporal fala que é a lei que impulsiona. Sr. Onofre fala para que se traga aspectos da regulamentação por ali. O Sr. Caporal responde que não. O Sr. Gilmar pergunta para que e diz ser outro passo, pois a criação da lei seria um passo e a regulamentação outro. A Srª. Carmen fala que deveria ser um parágrafo dentro desta lógica. O Sr. Gilmar fala que um tema que tenha gerado cinco parágrafos não merece um artigo. A Sra. Júlia agradece a realização de diálogo entre Senador e CONANDA, ressalta que muitas vezes só consegue fazer a grande mobilização quando acontece alguma coisa que possa vir a fazer um grande retrocesso na infância e juventude nesse país. Ainda diz que não dá para querer que as ações do governo sejam fortalecidas se há uma grande fragilidade quando se pensa em recursos humanos e em orçamento. Fala que é primeira vez que o CONANDA vem fazer uma discussão com o Senador sobre a agência. Dispõe que se precisa realmente pensar e repensar exatamente como que se pode fortalecer o sistema de garantia. E, por isso, hoje ela é contra a proposta do PL. Diz que se precisa fortalecer primeiramente a relação entre o conselho e a frente parlamentar. No entanto, não dá para o CONANDA achar que vai ter esse fortalecimento se não se pensar em orçamento. Ressalta por fim que na 8ª Conferência vai ser feito todo um levantamento e a partir daí realmente consolidar uma política nacional da infância e da adolescência no país e, ainda diz que, a política da criança, ela é muito maior que a criação de um ministério próprio da criança. A Sra. Iolete do Fórum Nacional DCA, explica sobre o que é este fórum, que é uma coalizão de organizações não governamentais, coalizão de organizações não governamentais e de fóruns estaduais que atuam na defesa dos direitos da criança e do adolescente. Diz que compartilha de várias preocupações que o Senador apresentou como sendo motivadoras da elaboração da proposta do PL. E entende também que é muito importante ter esse diálogo com a sociedade civil para fazer esse diagnóstico, essa análise de quais são os obstáculos para o fortalecimento do sistema de garantias e direitos, que é um sistema muito importante. Fala da necessidade de se estabelecer um diálogo mais próximo e que se tem na questão do orçamento algo que realmente deve ser olhado com cuidado. Por fim, diz que se precisa trabalhar no sentido do estabelecimento de um diálogo entre os vários planos e projetos que existem voltados pra criança e do adolescente e, além disso, diz que o diálogo com a sociedade civil é essencial e primordial para que a política possa avançar. A Sra. Aurilene diz que está acontecendo uma mudança de estrutura nos estados, que é pequena, mas que existe. Ressalta que não sabe se é o momento de criar uma coisa nova, mas, sim de fortalecer as políticas que já existem. O Sr. Cristóvão Buarque diz, com relação à idéia de fortalecer o CONANDA, que é um aliado do conselho no

fortalecimento, no entanto, olha o tal do fortalecimento na ótica da criança e não do CONANDA, isto porque a finalidade é a criança. Então, quer analisar o que é melhor pra criança. Fala da necessidade de se ter um interlocutor direto da criança com o Presidente, que enquanto não tiver um interlocutor direto não vai haver o fortalecimento que deveria ter. Discorre sobre a necessidade de uma política nacional e que por isso defende a federalização da educação de base com descentralização gerencial e liberdade pedagógica. Diz que seria necessário haver um PAC, Programa de Apoio da Criança – PAC. Dispõe ainda que não se tenha uma pessoa que tenha a responsabilidade pelo que acontece com as crianças brasileiras no nível federal. Então, a idéia de fortalecimento passa por um braço executivo. Pode ser o próprio secretário do CONANDA que virá a ser Ministro da criança. Além disso, defende a idéia de que criança tem que ser nacionalizada, não centralizada. Mas, tem que ser uma preocupação nacional e talvez a mais importante de todas, mais do que o crescimento econômico. Insiste que não vê o assunto da criança como sendo um problema apenas de direitos, mas sim como um problema de recurso, é um problema de além dos direitos humanos. Diz que um dos problemas atuais é que os problemas estão sendo resolvidos numa velocidade menor do que surgem. Como exemplo, cita que melhorou a educação, mas as exigências de educação aumentam mais rapidamente do que a melhoria da educação, se está perdendo a batalha da educação no Brasil, apesar de todo esforço, de todas as coisas boas feitas e de todas as melhoras. Pergunta se alguém que está presente é contra o Ministério que cuida dos assuntos dos negros ou das mulheres. Diz que é favorável a criação de um Ministério para os negros e para as mulheres e que na mesma lógica é favorável a um ministério das crianças. Fala que não há vontade política de fazer as leis boas funcionarem. Ressalta mais uma vez que se não houver um executor junto a Presidência da República para os assuntos da criança, o CONANDA vai continuar enfraquecido e que a criança merece ser promovida ao nível ministerial com o nome de secretaria ou de agência. A tarefa de fiscalizar é do CONANDA e a tarefa de executar seria desse órgão cujo nome vai ser mudado. Fala ainda da criação de uma lei para que a subsecretaria tenha força de secretaria e que acha que o CONANDA tem que ir além do que é hoje. Por isso, a sua intenção é fortalecer o CONANDA como um órgão com um braço executivo. A Sra. Malu agradece a presença do Senador e diz que ele tem muito a contribuir que foram tocados pontos importantes como à questão do orçamento e que tem muitas coisas a serem acertadas. Reitera que o CONANDA não está preocupado, quando ele fala em fortalecimento, com o fortalecimento do CONANDA enquanto estrutura. Mas sim, com a infância e adolescência brasileira. A Sra. Carmem pede para retornar a essa discussão quando chegar o novo grupo dos conselheiros não governamentais. O Sr. Cristóvão Buarque diz que esperar não é problema, o problema é que as crianças não param de crescer. A Sra. Malu diz que a preocupação não é transformar simplesmente de deixar esperando. É fazer desse momento um momento de mudança e de fortalecimento. A Sra. Carmem pede que o Senador lute pela aprovação dos dois PLs. O Sr. Cristóvão Buarque diz que pode contar com ele e pede desculpas por não ficar mais tempo. Por fim, exprime seu desejo de querer nomear a Sra. Carmem Ministra da Criança. A Sra.

Deuzinéia esclarece que com relação ao Plano Nacional de Erradicação e Exploração ao Trabalho Infantil está sendo discutido e está sendo revisado pela CONAET que por portaria é o responsável pela elaboração e pelo monitoramento. E, além disso, quem vem fazer a apresentação do plano no CONANDA é a CONAET. E o CONANDA vai fazer a aprovação. E, depois, retorna para fazer os ajustes. O Sr. Fábio diz, com relação à Conferência, que ela tem o papel deliberativo também e acha que a forma que o CONANDA trabalha é confusa, pois acabam deliberando sobre coisas que já sabem que não vão cumprir. A Sra. Júlia relembra que uma das deliberações da próxima Conferência é que se teria uma representação de adolescentes desde a comissão de organização a nível nacional até a Conferência, no entanto, a grande questão que paira sobre o assunto é de como que o CONANDA vai investir nisso pra fazer, porque não se tem adolescentes em lugares deliberativos. Porque se o conselho é deliberativo como que o adolescente que não tem idade para fazer algo que ele não pode deliberar. A Sra. Rosimeire diz que entendeu que da última Conferência vai sair uma política nacional. O Sr. Ariel acha que, com relação à questão da contratação, o Sr. Benedito poderia verificar junto aos outros ministérios se há alguma possibilidade de viabilizar por outros ministérios. Seja pelo MEC, seja pela saúde, pelo MDS, diz, ainda, que outra questão para acrescentar no chamamento da Conferência é que são 20 anos da convenção dos direitos da criança no ano que vem, e, também verificar como incluir o que foi discutido na presente data, como a questão do sistema de garantias de direitos e a questão da violência contra as crianças que é um tema que toda sociedade está discutindo, está cobrando e está falando. E ressalta que esses dois assuntos estão dentro da política nacional. A Sra. Eliana fala da questão operacional, que entende existir duas demandas. Uma demanda seria essa de levantar as deliberações, as conferências e contratar um consultor. E outra coisa é trabalhar a Conferência no sentido de partir disso tudo da metodologia, da orientação aos estados e os municípios. Dessa forma, são contratos diferentes. A Sra. Júlia diz que foi deliberado que fosse contratada uma consultoria para pegar todas as deliberações de todas as conferências, mas que a secretaria não tinha como contratar. O Sr. Benedito enfatiza que o GT tem que ser construído, e entendeu que, depois que fosse construído é que se faria um planejamento completo da conferência e aí ia se estudar o que iria fazer. O Sr. Ariel diz que parece que a mesa diretora não está funcionando, porque se funcionasse cada deliberação depois da assembleia a mesa deveria se reunir e discutir como executar as deliberações. A Sra. Júlia diz não querer discutir que o CONANDA e as comissões vão ter que repensar no que vão deliberar. Porque senão fica-se uma margem de fazer as coisas. Tem-se ou não tem estrutura. O Sr. Benedito ressalta que se o CONANDA tinha prioridades, ele pode administrar com o recurso que tem. A Sra. Júlia discorda e diz não querer discutir, pois não se lembra de tudo. O Sr. Benedito enfatiza que o CONANDA não tem prioridades políticas. Diz que tem que chamar a mesa diretora para se conversar, pois não se está conseguindo acompanhar as prioridades. A Sra. Rosiléia ressalta que alguma coisa deve ser feita, pois caso contrário o conselho ficará imobilizado, sendo necessário levar o assunto à mesa diretora e talvez marcar uma reunião inclusive de urgência com o Ministro Paulo Vanucci e fechar um prodoque. Se não for, tem que fazer alguma coisa.

Um prodoque geral da educação de direitos humanos. Mas diz achar que não dá porque sabe como a máquina pública funciona. O Sr. Benedito acha que o que não pode fazer é primeiro, deixar de avaliar o CONANDA como um todo, inclusive plenárias e processo de tomar decisão. O Sr. Fábio fala de dois encaminhamentos do CONANDA o primeiro é repassar o material que foi produzido nessa comissão para comissão de mobilização, o segundo é a proposta que a Sra. Solange coloca que é contratar uma entidade que possa desenvolver a consultoria nos vários temas a serem discutidas na Conferência Nacional. A Sra. Solange fala das dificuldades que a Secretaria Executiva do CONANDA está tendo pra operacionalizar os encaminhamentos que as plenárias do CONANDA deliberam. Diz que é necessário verificar com a mesa diretora alternativas, porque não dá para o conselho sentar todo mês, discutir, deliberar e as coisas não serem encaminhadas. A Sra. Solange expõe que o segundo ponto de pauta é em relação à consulta pública do documento sobre os parâmetros, sobre as orientações técnicas dos serviços de acolhimento. Reitera que foi prorrogado o prazo de consulta pública, de forma que comprometeu o calendário até o final do ano. Mas, de qualquer forma a previsão para plenária conjunta do CONANDA e do CNAS para aprovação do documento é oito de dezembro. As duas comissões vão finalizar e validar todo documento. Diz ainda haver na pauta a questão do colóquio e também a questão da revisão do plano que é a erradicação do trabalho infantil. A Sra. Júlia diz, com relação ao colóquio, que não há debate, acha que o conselho não tem saída, pois ou o CONANDA coordena os negócios ou vai levar uma aborroadada do que vai aparecer lá. A Sra. Solange diz estar preocupada com o CONANDA pois acha que o primeiro colóquio não foi convocado pelo CONANDA. O CONANDA foi convocado como várias pessoas, várias órgãos foram convidados. Já existe uma avaliação de que faltou uma melhor organização, faltou uma melhor conversa. Que preparasse um pouco esse colóquio. Então ela diz estar preocupada pelo fato de o conselho assumir a coordenação sem antes o assunto estar pacificado. Enfatiza ser uma discussão complexa e que o conselho vai ter que ter muita maturidade pra poder ir traçando as estratégias de como se mobilizar nessas áreas. Ainda diz que não é uma discussão da comissão, diz achar que é uma discussão da plenária do CONANDA, sobre esses rebatimentos em relação ao PL do SINASE. Outra questão que diz achar importante é a reivindicação disso. Por fim, diz achar que o conselho precisa no plenário como um todo nivelar as informações. Quem pode participar fazer um relato minucioso do que foi, colocar as suas impressões. Para então se discutir como faz, se a existência desse colóquio do ponto de vista do CONANDA, se ele é de fato um espaço importante. Se ele deve ter continuidade. Se o conselho deve ou não assumir. Reforça ainda que, o encaminhamento de que o CONANDA solicite a coordenação da comissão intersetorial do SINASE deve ser feito. O Sr. Benedito diz que foi proposto ao CONANDA e todos avaliaram que o CONANDA seria o melhor lugar para firmar um consenso em cima das várias propostas. Seria chamar uma ou duas pessoas de cada uma das organizações para tentar compor uma comissão de negociação em cima das propostas de operação para tentar verificar o que é possível de se chegar a um consenso. E se não for chegado a nenhum consenso vai para o parlamento. Dispões ainda sobre a possibilidade de criar uma consultoria. O Sr. Fábio



fala sobre o encaminhamento que ainda deve ser discutidos que é o de propor reunião ainda este ano da comissão intersetorial pra discutir os encaminhamentos do PL. A Sra. Júlia diz entender que não é uma simples reunião. O Sr. Fábio diz ter retirado à questão do colóquio. Reitera a decisão da data para reunião do PL SINASE, qual seja, dia 10 de dezembro. O Sr. Onofre diz ter uma preocupação de ordem metodológica. Fala que o Conselho Nacional ainda tem apontado para várias questões da infância. Foi articulado dentro do conselho que ficasse um conselheiro que tivesse um alinhamento conceitual com a temática da infância. Por questões que poderiam vir alguns monstros como veio na gestão anterior. Feito isso o CNJ chamou para que fosse aprofundada essa discussão. Foi entendido que era estratégico incluir o CONANDA nesse contexto porque era uma temática. E ao mesmo tempo trazer o CNJ para o CONANDA para poder gerar com tranquilidade essas interfaces, dessa forma, nada mais justo que a SEDH também faça o mesmo. Enfatiza que este momento não é para se polemizar com o CNJ. Porque eles estão se dispondo a vir de maneira estratégica para se fazer uma interface numa situação extremamente interessante, mas eles estão sabendo que a pauta é super apertada e que terão somente dez minutos. Por fim, reitera que acha que é uma articulação rica e que não se pode perder a oportunidade. Nada mais havendo a ser tratado a Assembléia foi encerrada sendo lavrada a presente Ata que vai assinada pela Presidente.

**MARIA LUIZA MOURA OLIVEIRA**  
**PRESIDENTE DO CONANDA**